

A PRODUÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO E A EXPANSÃO DA SILVICULTURA NO BAIXO PARNAÍBA

The social production of space and expansion of silviculture in low Parnaíba

La producción social del espacio y la expansión de la silvicultura en el Baixo Parnaíba

Adielson Correia Botelho
Universidade Estadual de Campinas
adielsonbotelho@hotmail.com

Resumo

Este trabalho analisa as implicações decorrentes da instalação dos grupos do agronegócio do eucalipto no Baixo Parnaíba e, refletir sobre as transformações socioculturais que ocorrem nos territórios camponeses. Para a construção do trabalho foi realizada revisão bibliográfica em livros, teses, dissertações, trabalhos acadêmicos e sites especializados. Quanto aos aspectos concretos da área de estudo, foram realizadas trabalhos de campo, a fim de analisar os impactos causados pela expansão dos plantios de eucalipto, bem como suas implicações sobre os territórios da agricultura familiar, sua história e seus aspectos culturais, socioeconômicos e recursos naturais. Consideramos também os modos de vida e as suas variações a partir das características da região, das comunidades tradicionais e suas produções específicas. No campo nos aproximamos das comunidades rurais, das suas formas e conteúdos socioculturais e também analisamos as territorialidades.

Palavras-chave: Eucalipto. Campesinato. Espaço. Baixo Parnaíba.

Abstract

This paper analyzes the implications of the installation of the eucalyptus agribusiness groups in Low Parnaíba and to reflect on the sociocultural transformations that occur in the production of peasants. For the construction of the work was carried out a bibliographical review in books, theses, dissertations, academic works and specialized sites. As regards the specific aspects of the study area, fieldwork was carried out to analyze the impacts caused by the expansion of eucalyptus plantations, as well as their implications on the territories of family agriculture, its history and its cultural and socioeconomic aspects and natural resources. We also consider lifestyle and their variations based on the characteristics of the region, traditional communities and their specific productions. In the field we approached to the rural communities, their forms and socio-cultural contents and also analyze the territorialities.

Key words: Eucalyptus. Peasantry. Space. Low Parnaíba.

Resumen

Este trabajo analiza las implicaciones derivadas de la instalación de los grupos del agroindustria de eucalipto en el Bajo Parnaíba y reflejar sobre las transformaciones socioculturales que ocurren en la producción de los campesinos. Para la construcción del trabajo fue realizada revisión bibliográfica en libros, tesis, disertaciones, trabajos académicos y sitios especializados. Cuanto a los aspectos concretos del área de estudio, fueron realizados trabajos de campo, al fin de analizar los impactos causados por la expansión de los plantíos de eucalipto, bien como sus implicaciones sobre los territorios de la agricultura familiar, su historia y sus aspectos culturales, socioeconómicos y recursos naturales. Consideramos también los modos de vida y sus variaciones a partir de las características de la región, de las comunidades tradicionales y sus producciones específicas. En el campo, nos aproximamos de las comunidades rurales, de sus formas y contenidos socioculturales y también analizamos las territorialidades.

Palabras-clave: Eucalipto. Campesinado. Espacio. Bajo Parnaíba.

Introdução

O eucalipto foi descoberto pelos ingleses na Austrália, em 1788, a disseminação de suas sementes no mundo começou no início do século XIX. Na América do Sul, o primeiro país a introduzir o eucalipto foi o Chile em 1823 e, posteriormente, a Argentina e o Uruguai. Por volta de 1850, países como Portugal, Espanha e Índia começaram a plantar o eucalipto. Segundo Lima (1993, p.38), “O *Eucalyptus* foi introduzido no Brasil em 1868 no Rio Grande do Sul, com o objetivo de suprir as necessidades de lenha, postes e dormentes das estradas de ferro na Região Sudeste”. Sua comercialização intensificou-se a partir do início do século XX.

Com a Revolução Verde, no ano 1950 do século XX, as monoculturas extensivas se difundiram por todo o mundo e também no Brasil. A chamada Revolução Verde representa um modelo científico e tecnológico de produção agrícola baseado no uso intenso de insumos químicos, alta mecanização e melhoramento genético das espécies para aumentar a produtividade (VIA CAMPESINA, 2006).

Na atualidade, para atender aos anseios de grandes empresas, os donos de extensas áreas acabam vendendo boa parte dessas terras para implantação de outras atividades com destaque para as monoculturas, que tem se dirigido para diversas regiões do Brasil por diversos fatores que facilitam sua implantação. Já o cultivo do eucalipto tem sido efetivado, principalmente, pelo Grupo Suzano e suas terceirizadas, para quem a MARGUSA – Maranhão Gusa S/A, após destruição de considerável parte da massa florestal para produção do carvão vegetal, repassou os chamados *projetos de manejo*

florestal sustentado. Entretanto, esses novos agentes econômicos interessados na terra, ao chegarem àquela região, não encontraram um espaço vazio, mas se depararam com um sistema de produção agrícola local bastante antigo, conceituado por alguns como característico do que a literatura veio a consagrar como *campesinato de uso comum* (PAULA ANDRADE, 2008; ALMEIDA, 1989; SÁ, 2007).

A silvicultura de eucalipto, especificamente a Suzano Papel & Celulose, MARGUSA e MARFLORA, para produção de celulose e carvão vegetal a partir da retirada da madeira nativa. “Essas atividades expandiram-se, territorialmente, através dos chamados projetos de manejo florestal sustentado, com a ocupação de muitas áreas que mesmo não contíguas formavam enormes latifúndios” (PAULA ANDRADE, 1995, p. 67).

No caso da implantação dos campos de eucalipto no Baixo Parnaíba Maranhense foi para atender a indústria de papel e celulose no Brasil. Alguns afirmam que as florestas de eucalipto são extremamente prejudiciais ao meio ambiente, em especial ao solo, flora e fauna (LIMA, 1990; 1993; 2004; Oliveira et al., 1991; VIA CAMPENSINA, 2001) e, aos aspectos sociais, desestruturação camponesa, relações precárias de trabalho, disputa pela terra (PAULA ANDRADE, 2005; 2012).

Por outro lado, a agricultura camponesa dessa região sempre alimentou seus moradores. Embora seja, um campesinato criado no seio de uma sociedade situada na periferia do capitalismo e à margem do latifúndio escravista. De acordo com Marques (2008), o contraste com o forte enraizamento territorial que caracteriza o camponês europeu, a trajetória do nosso campesinato é marcada por uma forte mobilidade espacial. O predomínio de sistemas de posse precária da terra nas formas de existência desenvolvidas por essa classe social tem resultado numa condição de instabilidade estrutural, que faz da constante busca por novas terras uma importante estratégia de reprodução social. Assim, conforme lembra Wanderley (1996), é o seu modo de vida, mais do que a terra, o patrimônio que tem sido de fato transmitido entre gerações.

Carneiro (2008), em concordância com Paula Andrade (1995), afirma que o manejo inteligente dos recursos naturais que compõem os diversos ecossistemas com os quais esses camponeses interagem, de forma sintética, “manifesta-se na distinção de uso das terras classificadas como de *chapadas* e dos *baixões*, com as atividades agrícolas sendo realizadas nestas últimas, enquanto o extrativismo e a criação de animais concentram-se nas áreas de *chapada*”. Tratando-se de um campesinato cujo modo de vida é caracterizado pela articulação sistemática e estratégica de diversas atividades econômicas (agricultura,

extrativismo, pequena criação de animais, pesca, artesanato) e pela lógica jurídica de articulação entre uso comum e apropriação familiar dos recursos naturais.

A região era percebida e apresentada pelos planejadores, bem como pelo Estado, como um grande *vazio econômico*, a ser preenchido pela ação empresarial, enquanto as famílias, estabelecido ao longo dos últimos séculos na região, são alcançadas por essa lógica neodesenvolvimentista, em nome da qual se apagam do mapa povoados inteiros, recursos hídricos, paisagens, florestas e sistemas de conhecimento (PAULA ANDRADE, 2012, p. 29). Esse estudo decorre dessa contradição no Baixo Parnaíba, ou seja, compreender como se estrutura o modo de vida desses grupos camponeses estabelecidos historicamente na região, reproduzindo a equilibrada relação entre a sociedade e a natureza e aquela que sustenta a expansão da produção moderna da silvicultura.

O Baixo Parnaíba e os impactos da “invasão” dos eucaliptais

O Baixo Parnaíba, no Maranhão, é uma grande área que se localiza próxima à divisa com o estado do Piauí (mapa 01), apresentando zonas geomorfológicas de contato entre os biomas: cerrado e caatinga. As formações florestais dessa região são classificadas, localmente, como chapadas, carrasco, baixão e capão (PAULA ANDRADE, 1995, p. 20).

Essa grande área, chamada de Baixo Parnaíba pelo Fórum em Defesa da Vida do Baixo Parnaíba maranhense/FDVPBM¹, compreende vinte e um municípios. Dentro de classificações oficiais (aquelas do IBGE, por exemplo) eles estariam distribuídos entre quatro microrregiões: todos os quinze municípios das microrregiões de Baixo Parnaíba Maranhense e de Chapadinha, três da microrregião de Coelho Neto e por fim, mais três da microrregião de Lençóis Maranhenses.

A região em questão, que é resultante do processo geohistórico de conquista e ocupação territorial do Cerrado do Meio Norte, revelamos as ilusões e incoerências de tais fronteiras, já que esse processo se deu por fluxos de diversos grupos humanos, cujas fronteiras, nesse caso, seriam fluidas e amplas horizontalmente. Elas transcenderiam a cartografia tradicional, para além do talvegue do rio Parnaíba - divisa natural entre os atuais estados do Maranhão e Piauí, já que se reconfiguram pela plasticidade de

¹ Fórum de Defesa da Vida do Baixo Parnaíba Maranhense é um canal de discussões, denúncia e tomada de decisões, que foi criado em 2001 pela articulação de várias entidades, dentre as quais citamos Pastorais Sociais da Igreja Católica, Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, Associações de Moradores e de Bairro de alguns municípios maranhenses continuamente alcançados por problemas diversos, decorrentes da implantação de empreendimentos da soja e do eucalipto (OLIVEIRA, 2015, p. 63).

movimentos migratórios espontâneos ou das frentes de expansão colonizadoras que partem do Sertão baiano, pernambucano e cearense, tipicamente de Caatinga, em direção ao Cerrado do Meio-Norte (ANDRADE, 2011; OLIVEIRA, 2015).

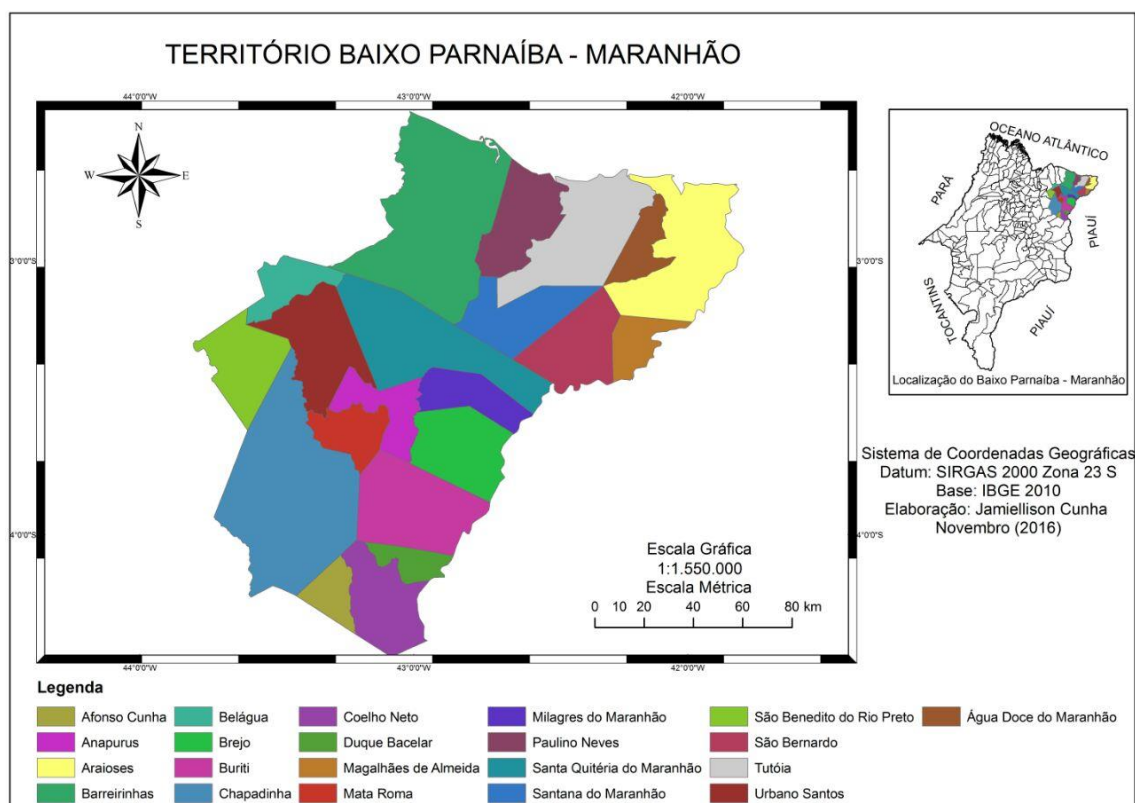


Figura 1 – Localização da região do Baixo Parnaíba.
Elaboração: Jamiellison Cunha, 2017.

Gaspar (2013) classifica o Baixo Parnaíba como espaço da nova fronteira agrícola, ao mesmo tempo como um território tradicional de ocupação e resistência camponesa. Oliveira (2015) o espaço geográfico do Baixo Parnaíba é objeto de usos e apropriações, com base em classificações espaciais distintas, conforme os respectivos agentes sociais e suas racionalidades, todas em um jogo de sobreposição acirrado.

O *Baixo Parnaíba* é uma ampla extensão de terras, com cobertura florestal característica do Cerrado ou integrando também áreas de transição entre Cerrado e Caatinga, envolvendo distintos municípios, conforme os agentes e agências em jogo sejam oficiais, confessionais ou outras organizações da sociedade civil. As classificações dessa grande região, sejam as do IBGE (muitas vezes tidas como “naturais”) ou as de outras entidades ou instituições, têm variado no tempo, tornando esse espaço objeto de distintas classificações, obedecendo a diferentes nomenclaturas (OLIVEIRA, 2015, p. 66).

O processo de ocupação região remonta sobre o povoamento indica a formação de áreas periféricas às grandes plantações de algodão da região vizinha do Itapecuru, na segunda metade do século XVIII (Paula Andrade, 1995). Entretanto, o levantamento de certas fontes indicou a constituição dos primeiros núcleos de povoamento e de atividades econômicas autônomas na região, opostos à ideia de ocupação periférica da região do Itapecuru (MARQUES, 1970 *apud* GASPAR, 2010). A mesorregião Leste Maranhense, onde se encontra a maior parte do Baixo Parnaíba, passou a ser atrativa aos piauienses e cearenses que migravam em decorrência da seca em seus Estados. A penetração dos migrantes objetivava a busca por área de pastos livres, segundo Manuel Correia de Andrade:

Os nordestinos (primeiramente os cearenses e piauienses) criadores de rebanhos se fixavam mais nas áreas de cerrado em vez de seguir para os vales úmidos dos rios. Na passagem pelo Rio Parnaíba, os criadores atravessavam do Piauí para o Maranhão em duas direções, pelas cidades de Floriano e Teresina. Eles seguiam em direção aos cursos fluviais ou espalhavam-se em direção ao cerrado, tanto para o nordeste do Maranhão em direção a Caxias e mais ao norte, chegando à região de Brejo ou para o sul do estado, em direção a Pastos Bons (ANDRADE, 1973, p. 97).

Terra em abundância era o que não faltava. Terras infindáveis, com pastagens naturais com fartura, pastos feitos, um convite irrecusável à penetração dos currais. A primeira parte dos sertões maranhense ocupada foi o vale do Parnaíba, onde se instalaram as primeiras fazendas de gado. Em 1751 havia 44 fazendas de gado em Pastos Bons. Já em 1989 a população da ribeira do Parnaíba era a mais antiga de todo o distrito e por isso, a mais numerosa, essa povoação iniciou-se origem na década de 1740 ao povoado de Pastos Bons, que serviu de ponto de partida e apoio para o avanço da frente pecuarista, daí o fato de considerar-se que povoamento do sul do Maranhão ter começado pelos sertões e Pastos Bons, cuja toponímia é resultado de patos irrigados por inúmeros e perenes rios e córregos e clima ameno. (VELHO, 2009; CABRAL, 2008).

Na década de 1980, instalaram-se em diversas localidades do Baixo Parnaíba e, com destaque para o município de Urbano Santos, empresas nacionais voltadas ao cultivo de eucalipto, com vistas à produção de celulose e à extração de madeira nativa para a produção de carvão vegetal. Essas atividades se inserem na chamada área de influência de grandes projetos do Programa Grande Carajás, apesar daquela região não fazer parte oficialmente deste programa (PAULA ANDRADE, 1995 e GASPAR, 2010). A respeito

do avanço das plantações de eucalipto e à destruição da mata nativa discorre Gaspar (2010, p.69), que:

O desmatamento das *chapadas* com a destruição de recursos nativos despontou como outro aspecto resultante das atividades desenvolvidas pela MARFLORA e outras empresas florestais no Leste Maranhense. As consequências da derrubada da mata nativa direcionaram-se, principalmente, para as famílias camponesas da região que tiveram desorganizadas suas atividades e ciclos de extração de produtos nativos e criação de animais. (grifo do autor).

As especulações de privatização de áreas de cerrado destinadas à continuidade das plantações de eucalipto no Leste Maranhense. Desde 2005, a MARGUSA² vem arrendando terras da empresa Comercial e Agrícola Paineiras (unidade do grupo Suzano Papel e Celulose) com o objetivo da plantação de eucalipto visando o abastecimento de suas necessidades de carvão vegetal e há previsão de retomada de *projetos de reflorestamento* para oito municípios: Anapurus, Brejo, Mata Roma, Milagres do Maranhão, Santa Quitéria, São Benedito do Rio Preto, São Bernardo e Urbano Santos.

Em 2012, O Maranhão com crescimento de 16,4%, despontou como um dos estados que apresentou os maiores índices da área de plantios florestais, ficando atrás do Mato Grosso do Sul 27,4% (ABRAF, 2013). A iniciativa do setor prevê um investimento da ordem de R\$ 250 milhões com a implantação de 42 mil hectares de florestas de eucalipto. O eucalipto como matéria – prima destina-se à produção de diversos produtos, dentre os quais o carvão vegetal para o abastecimento de uma unidade de ferro gusa prevista para ser construída no município de Urbano Santos, atenderá demanda das guseiras instaladas na região de Carajás, para indústria de papel e celulosa. (CARNEIRO, 2008, p. 103).

Conforme Gaspar (2010) a implantação de projetos desenvolvimentistas ancorado em negócios agroflorestais desencadearam mudanças sociais e ambientais na região. Os processos de apropriação das terras pelos projetos de reflorestamento basearam-se em medidas irregulares que afetaram, principalmente, o campesinato aí estabelecido, caso da venda dos lotes das famílias, de vários municípios do Baixo Parnaíba, sem o conhecimento delas. A repercussão dessas mudanças são reflexos das transformações socioeconômicas ocorridas no país a partir de 1970, as relações de trabalho no campo e na cidade, o processo de êxodo rural contribuíram para o esvaziamento dos povoados ao

² MARFLORA – Maranhão Reflorestadora Ltda. Braço florestal da Siderúrgica MARGUSA. Segundo PAULA ANDRADE (1995, p 27), A Margusa instituiu a Marflora nas categorias “especializada, extratora de lenha e produtora de carvão vegetal. Foi instituída, portanto, como empresa prestadora de serviços à Margusa.

direcionamento de fluxos migratórios para os grandes centros urbanos como a capital maranhense São Luís.

Sendo assim, o espaço vivido é fragmentado em função do pertencimento do mesmo do povoado (...) que fornecem referenciais básicos para o cotidiano em sua dimensão espacial (CORRÊA, 2008). Portanto, introdução do agronegócio da silvicultura no Baixo Parnaíba com forte indício de grilagem, compra ilícita, especulação e privatização de extensas terras no cerrado maranhense acabam por culminar com a concentração fundiária e como relação de causa e consequência observa-se: concentração de riquezas, aumento da miséria e da injustiça social, violência, ameaças, intimidação, despejo de trabalhadores de seus povoados, declínio da agricultura campesina.

Ressalta-se que o Baixo Parnaíba é servida por um rico bioma, conforme Porto-Gonçalves (2004), o cerrado brasileiro e sua enorme diversidade biológica e cultural vêm se transformando numa área propícia para a expansão de grandes latifúndios produtivos. Essa expansão ocorre em função das inúmeras vantagens existentes – riqueza hídrica, topografia plana etc. – nesse bioma. Segundo o autor, em 2004, estimava-se que 70% das chapadas estavam ocupadas pelo agronegócio, pelo “[...] cultivo de grãos, de monoculturas de plantação de madeira [...]” (PORTO-GONÇALVES, 2004, p. 223). Essas chapadas, por sinal, são terrenos propícios por caracterizarem-se por extensas áreas planas, desta forma, elas são destinadas a implantação dos bosques de eucalipto para atender demandas do mercado mundial. O desmatamento dessa área é melancólico (PAULA ANDRADE 2008, p.123, Grifo da autora):

São comoventes as descrições dos trabalhadores, ao narrarem o desmatamento promovido através do chamado *correntão*, uma corrente de várias toneladas, presa em dois tratores de esteira, [...] derruba as árvores, destruindo e removendo suas raízes. [...] Ainda mais impressionante são os relatos de como o *correntão* carrega, junto com as árvores e animais, as cruces dos cemitérios, incomodando com seu estrondo destruidor até mesmo os mortos, nos locais em que repousavam há muitas e muitas gerações.

Com o crescimento acelerado, estimulado pela alta demanda no mercado internacional, a tendência é que mais áreas sejam disponibilizadas para o agronegócio da silvicultura de eucalipto. Contudo, é preciso que levem em consideração as regiões onde serão expandidas e/ou ampliadas tal implantação, para evitar que as populações tradicionais e o meio ambiente não sejam sucumbidos diante da “modernização” da agricultura no Brasil e, especialmente, no Baixo Parnaíba.

A produção do espaço e a economia como estratégias de manutenção camponesa

Neste artigo tomamos como referência a categoria camponato conceituado por Moura (1998) cujo camponês é aquele que vive na terra e do que ela produz, plantando e colhendo o alimento que para sua mesa, e o restante para a comercialização. Assim, pretende-se abordar especificidade a economia camponesa em relação à economia capitalista, demonstrada por Chayanov (1976) e por Oliveira (1987) como a economia ancorada em unidades de trabalho familiar, voltadas para as necessidades da família, as unidades de produção e de consumo não estão diferenciadas.

A economia camponesa no Baixo Parnaíba é baseada no cultivo da mandioca (*Manihot esculenta*), em dois distintos ambientes – as áreas chamadas localmente de *mato*³ e *baixo*⁴. A partir das raízes e tubérculos da mandioca, são produzidos subprodutos de importância econômica significativa no processo denominado de farinha, último estágio da produção de alimentos, em que a mandioca é beneficiada e transformada em farinha d'água, importante na dieta alimentar da região, goma de tapioca, dentre outros. O plantio da mandioca é consorciado com o do milho e o do arroz, além de plantas como melancia, abóbora, pepino, quiabo e outras. Essas últimas são tão importantes quanto o arroz, o milho, o feijão e a mandioca para a dieta camponesa da região.

Para Corrêa (2008), uma sociedade só se torna concreta através de seu espaço, do espaço que ela produz, articulando a apropriação e o manejo desses dois tipos de ambiente, as famílias desenvolvem diferentes atividades econômicas importantes para a manutenção de seu grupo familiar, atividades como: a agricultura (mandioca, arroz, milho, melancia e etc.), voltada tanto para o consumo da sua família, como para a comercialização do excedente.

Além da agricultura, há, também, a pequena pecuária para consumo familiar ou comercialização nos povoados próximos, como reserva de valor. Por isso, é comum todas as famílias terem criação de animais de pequeno, médio e grande porte, por exemplo, frangos, porcos, caprinos bovinos e equinos, este último, utilizado para transporte de cargas. Esses animais, são sempre foram criados em sistema de faxinal, ou seja, soltos, se alimentam de frutas e capim nas chapadas, carrascos, matos. Com a substituição dessas áreas por eucalipto, as famílias camponesas são obrigadas a prenderem tais animais em

³ Área de formação florestal propícia (descansada) para implantação de uma nova *roça*.

⁴As áreas de baixo são áreas apontadas como sendo bastante úmidas próximas a rios e riachos. (PAULA ANDRADE (2008).

currais e chiqueiros, onerando as mesmas, pois precisam adquirir rações e investir mais tempo nessa atividade, em alguns casos, de acordo com alguns camponeses, não compensa.

Outro ambiente vital para a unidade familiar camponesa são as áreas de *chapadas*⁵, nestas realizadas o extrativismo vegetal (cocos, madeiras, frutas, palha e outros recursos); a caça; a extração do mel de abelhas nativas ou de criatórios. Das *chapadas*, se extraem, ainda, remédios, isto é, plantas medicinais como: amora (*Rubus brasiliensis* Mart), ameixa (*Prunus domestica*), aroeira ([*Astronium fraxinifolium*](#)), hortelã (*Mentha spicata*), o angico (*Anadenanthera falcata*), mangaba brava (*Hancornia speciosa*), aroeira ([*Schinus terebinthifolius*](#)), açoita cavalo (*Luehea divaricata*) e a janaguba (*Himatanthus drasticus*), que tem importante e tem valor comercial.

Além desses produtos, na *chapada* são encontrados, também, diversas espécies de frutos destacam-se como alimentícias: para consumo das famílias, aos animais de criação e, para a comercialização – pequi (*Caryocar brasiliense*), babaçu (*Orbignya phalerata*), juçara (*Euterpe oleracea*); buriti (*Mauritia flexuosa*) e o bacuri ([*Scheelea phalerata*](#)) em especial, pois durante três meses do ano (de dezembro a março), durante a safra, esta é uma fonte de recursos financeira aos camponeses, cuja polpa é extraída e vendida até para outros estados, como o Piauí.

No Maranhão, bem como no Baixo Parnaíba, a coleta do fruto acontece nos meses de dezembro, janeiro, fevereiro e março, período intenso da safra, a coleta é realizada quando os frutos maduros caem do pé, geralmente a coleta do bacuri é realizada nas primeiras horas da manhã. Todas as pessoas têm livre acesso aos bacurizeiros. Após a coleta, os frutos são quebrados e a polpa é extraída, de forma bastante artesanal (com tesouras e facas), atividade que envolve toda a família. As máquinas de despolpar frutas disponíveis no mercado não foram dimensionadas e/ou adaptadas para o bacuri. Depois a polpa é embalada em sacos plástico, congeladas até serem vendidas.

Porém, com a diminuição das áreas de *chapada* e, conseqüentemente, a diminuição dos bacurizeiros, em função da instalação e expansão dos campos de eucalipto nos últimos anos, toda a vegetação foi removida, inclusive os bacurizeiros, segundo depoimentos de

⁵ Já as áreas de chapadas são constituídas de terrenos planos, com presença de árvores de porte baixo, esparsas e de uma espécie de capim denominado *agreste*. Estes terrenos são apropriados para a caça, coleta de fruto e plantas medicinais, assim como para a criação de animais. (PAULA ANDRADE, 2008).

um trabalhador rural “o trator matou tudinho, todos os pés de bacuri, tinha pé de bacuri tinha mais de seis mil frutos, ai derrubaram”.

O artesanato local também é destaque, trata-se da confecção de utensílios domésticos, tais como os côfos (com a palha do babaçu) de utensílios para a armazenagem de farinha, arroz e outros; como o tapiti (fabricado a partir do talo do buriti) muito útil na fabricação da farinha; o jacá (confeccionado com bambu) de cestos para medição e transporte de vários produtos e pilão, fabricado com o troco do pequi. Toda essa matéria prima era abundantemente encontrada em ambientes hoje devastados pela ação desses novos agentes sociais interessados em transformar esses lugares em campos de eucalipto. Oliveira (1987) nos lembra de que na Europa, com a mudança do feudalismo para o capitalismo, os camponeses com a pressão que os centros urbanos, a nova dinâmica de trabalho sobre o campo, se totalizou no modelo hegemônico do capitalista clássico e desfigurando com os modos de apreensão de bens comuns. Segundo o autor:

(...) [o]s camponeses, que antes dispunham coletivamente dos bosques, tiveram que passar a comprar tudo o que lá outrora buscavam gratuitamente. O mesmo fato aconteceu com as pastagens quando as indústrias urbanas crescentes passaram a exigir mais matérias-primas, a lã (...) (OLIVEIRA, 1987, p.20).

Esse conjunto de práticas desempenhadas pelos camponeses é um importante papel em seu território imaterial, Gonçalves (2004) destaca que a agricultura é produzida por pessoas que, por sua vez, produzem cultura⁶ a partir de suas relações socioespaciais e históricas vivenciadas nesse processo. À medida que as plantações de eucalipto invadem os espaços que as famílias camponesas utilizam para sua reprodução, com o agronegócio este o tende a desaparecer em virtude do desenvolvimento capitalista (HARVEY, 1969; SANTOS, 1977).

Com a devastação desses ambientes para a instalação de campos de eucalipto, as famílias camponesas que antes praticavam suas atividades econômicas e sociais, está desaparecendo e, assim, repercutindo em sua estrutura produtiva e reprodução social, pois está cada vez mais raro encontrar frutos como pequi, o bacuri, as erva medicinais e a caça. Em meio aos principais problemas hoje enfrentados por essas famílias camponesas, está, sobretudo, a devastação das áreas de *chapada*.

⁶ Para Porto-Gonçalves (2004) cultura é entendida por um conjunto de saberes e valores que empresta sentido às práticas sociais.

O açambarcamento de terras e o eucalipto no cercam os povoados

A consequente apropriação de terras de uso comum no Baixo Parnaíba acarretou várias transformações sociais. Para Camacho (2009) a concentração fundiária é um problema que se iniciou no período colonial e, atualmente, está relacionada com a internacionalização da economia brasileira. Situação que envolve o agronegócio exportador de um lado e o campesinato de outro. Segundo Silva (2001) as consequências para os camponeses expulsos do campo, são várias, entre elas não conseguirão encontrar trabalho produtivo nas cidades. Daí os crescentes índices de migrações, de subemprego, mendicância, prostituição e criminalidade das metrópoles brasileiras.

Paula Andrade (1997), em estudo mais pontual sobre a implantação de grandes empresas produtoras de eucalipto no Maranhão, a autores destaque:

A implantação de projetos como os do Grupo João Santos, a Suzano Papel e Celulose, da MARFLORA vem desestruturar a economia camponesa, porque atingi o equilíbrio das relações mantidas pelo campesinato maranhense com os recursos naturais. Esses grupos econômicos têm relações com as três esferas do poder local, o executivo, legislativo e judiciário, funcionando amparados por uma rede de agentes sociais ligados aos aparelhos do poder. Além disso, montam suas próprias milícias privadas que, juntamente com integrantes dos órgãos de segurança, são acionados para imobilizar, sequestrar, torturar, ameaçar, constranger física e moralmente, destruir cemitério de crianças e mesmo povoados inteiros (PAULA ANDRADE, 1997, p. 50-51).

A implantação desses projetos agroflorestais pelo Grupo João Santos, a Suzano Papel e Celulose ou da MARFLORA acarretaram a desestruturação da economia camponesa, porque atingiu o equilíbrio das relações mantidas pelo campesinato com os recursos naturais ali existentes. Essas bases para a implantação e a expansão dessas empresas, levam à devastação brutal e irreversível dos recursos naturais, ao agravamento da concentração fundiária e ao surgimento de novos conflitos em áreas que antes não apareciam nas estatísticas sobre a criminalidade no meio rural (PAULA ANDRADE, 1993, p.73-74).

Além de gerarem pouquíssimos empregos, as empresas que atuam na região, oferecem trabalhos precários, por exemplo, no preparo do solo para plantar a muda do eucalipto; *roçar o mato* (retirar a vegetação após o “correntão”, inclusive de árvores de troncos e raízes pesados); trabalhava suportando uma bomba pulverizadora de cerca de vinte quilos durante muitas horas seguidas; em muitos casos, os trabalhos eram realização e, ainda o são, sem o uso do EPI (Equipamento Individual de Proteção), resultando com graves problemas de saúde. Segundo os funcionários das referidas empresas, os mesmo enfrentam

problemas como baixos salários, exaustiva jornada de trabalho que chegam por doze horas por dia, não tem direito de receber remuneração adicional pela execução de tal trabalho “extra”⁷.

Para Santos (2013) sempre que a economia divorcia o homem do capital tipificado pelos meios de produção e desassocia o capital do próprio espaço que ele modifica, suas formulações estão destituídas do espaço e do homem. A importância do agronegócio para esse mesmo capital, como avalia Gonçalves (2004) diz o próprio nome, é o negócio, ou seja, o lucro. Que faz desse território, onde o capital se *territorializou*, o local da expropriação camponesa, de poucos trabalhadores assalariados e de muitas máquinas.

A grilagem de terras públicas e a concentração fundiária são outras evidências contraditórias desse modelo de desenvolvimento, pois o tipo de atividade incentivada (seja pecuária, soja, cana-de-açúcar, plantações florestais) é fortemente exigente em recursos fundiários, impactando negativamente na estrutura da distribuição de posse e da propriedade da terra. Carneiro (2013) analisa que a repercussão desse conjunto de atividades, associadas a outras que começam a ter um impulso importante (silvicultura empresarial e outras), verificamos que elas apresentam repercussões semelhantes para a estrutura fundiária e o mercado de trabalho agrícola: fazem uso predatório dos recursos naturais, promovem a concentração fundiária; e produzem empregos de baixa qualidade.

Considerações finais

As plantações de eucalipto crescem ao ritmo da demanda no comércio nacional e internacional. Com aumento dessas plantações eclode a busca por mais áreas voltadas às grandes produções visando atender estes mercados. No entanto, esta expansão, produz espaço de injustiça social, econômica e ambiental, que gera as condições para a construção de insegurança das famílias, já que as atinge fortemente na sua estruturação social e econômica, além dos eminentes constrangimentos a que estão submetidas, resultante dessa ação devastadora.

Observam-se problemas provocados pela introdução do agronegócio da silvicultura no Leste Maranhense como o forte indício de práticas de grilagem de terras. Desta forma, as causas – consequências resultante dessa expansão territorial acontece na mudança do cotidiano das atividades das unidades familiar camponesa, que antes tiravam da roça o

⁷ De acordo com ex-funcionários das empresas florestais da região em entrevista realizada em outubro de 2018.

sustento de sua família e produziam alimentos, agora se veem obrigadas a trabalharem nas empresas proprietárias dos eucaliptais, neste caso o grupo empresarial SUZANO Papel e Celulose, Grupo Industrial João Santos e a MARGUSA - Siderúrgica Maranhão Gusa S/A e suas respectivas subsidiárias.

Esse movimento que traz sofrimento e um aparente desenvolvimento para essas localidades por meio da expansão do capital, que na sua contradição, enriquece uma minoria, implicando em misérias e degradação para a maioria, sendo o homem e o meio ambiente agredidos impiedosamente, por essa força ameaçadora e brutal que caminha nas veias do capitalismo.

Outros camponeses optam por migrarem para a periferia das pequenas, médias e grandes cidades como Urbano Santos, Chapadinha, São Luís dentre outras. A invasão das áreas plantadas com eucalipto apresenta como efeito imediato, a devastação de amplas áreas de *chapada*, combinada ao rápido desaparecimento das espécies nativas do cerrado. Ricas espécies vegetais, como o pequi, o bacuri e o buriti, são extirpadas para a implantação de culturas exógenas. Por serem consideradas importantes para a economia do extrativismo, o efeito mais imediato dessa ação devastadora é a desorganização econômica das unidades familiares camponesas, que veem o seu direito vida desaparecer.

Os agentes envolvidos, cujos movimentos compreendem a produção social do espaço em distintas formas: na qual os grupos camponeses produzem seus roçados em sua atividade em harmonia com a natureza através do trabalho, por exemplo, as empresas capitalistas produzem espaço à sua imagem e semelhança: plantios florestais, plantas industriais, fornos, assalariamento. Para os camponeses, o espaço é o âmbito da essência de ser camponês é essência que a terra é vida, ao mesmo tempo, em que é o lugar de realização da existência social.

Referências

ABRAF. *Anuário estatístico ABRAF 2013 ano base 2012* / ABRAF. – Brasília: 2013.

ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo-Rio de Janeiro-Campinas, HUCITEC/ANPOCS/Ed. da UNICAMP, 1992.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas*. 2. ed. Manaus: PGSCA–UFAM, 2008.

ANDRADE, Manoel Correia de. *Paisagens e Problemas do Brasil*. 4ª ed. SP: Ed. Brasiliense, 1973.

_____. *A terra e o homem no Nordeste: contribuições ao estudo da questão agrária no Nordeste*. – 8ª ed. São Paulo: Cortez, [1963] 2011.

CABRAL, Maria do Socorro Coelho. *Caminhos do gado: conquista e ocupação do sul do Maranhão*. – 2ª ed. – São Luís: Edufma, [1992] 2008.

CAMACHO, Rodrigo Simão. *O Agronegócio Latifundiário versus a agricultura Camponesa: A Luta Política e Pedagógica do Campesinato*. XIX ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, São Paulo, 2009, pp. 1-34.

CARNEIRO, Marcelo S. *A expansão e os impactos da soja no Maranhão*. In: CARNEIRO, Marcelo S. (coord.). *A agricultura familiar da soja na região Sul e o monocultivo no Maranhão: duas faces do cultivo da soja no Brasil*. Rio de Janeiro, FASE, 2008.

CARNEIRO, Marcelo Sampaio. *Terra, trabalho e poder: conflitos e lutas sociais no Maranhão contemporâneo*. São Paulo: Annablume, 2013, 180 p.

CHAYANOV, A.V. Teoria dos sistemas econômicos não-capitalistas [1924]. In: *Revista Análise Social*, vol. XII, n. 46. Lisboa: Universidade de Lisboa, 1976. p. 477-502.

CORRÊA, R. L. *Região e organização espacial*. São Paulo, Editora Ática, 1986.

GASPAR, Rafael Bezerra. *O Eldorado dos Gaúchos: Deslocamento de agricultores do Sul do país e seu estabelecimento no Leste Maranhense*. – São Luís, 2010.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *Geografia da riqueza, fome e meio ambiente: pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário/agrícola de uso dos recursos naturais*. In: OLIVEIRA, Ariovaldo U. de; MARQUES, Marta Inês Medeiros (org.). *O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social*. São Paulo: Casa amarela; Paz e Terra, 2004, p.27- 64.

HARVEY, D. *Exploration in geography*. London, Edward Arnold, 1969.

_____. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume: 2005.

LIMA, W. P. *Impactos ambientais do eucalipto*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 1993. 302p.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. *A atualidade do uso do conceito de camponês*. Revista NERA Ano 11, nº. 12., 2008. pp. 57-67.

MESQUITA, H. A. *Onde estão as flores, as cores, os odores, os saberes e os sabores do cerrado brasileiro? O agro/hidronegócio comeu!*. Revista Terra Livre. São Paulo: Ano 25, v. 2, nº 33, 2009,17-30 p.

MOURA, Margarida Maria. *Os deserdados da terra: a lógica costumeira e judicial dos processos de expulsão e invasão da terra camponesa no sertão de Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Modo capitalista de produção e agricultura*. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1987.

OLIVEIRA, Danniel Madson Vieira. (2015). *Das veredas da encosta aos variantes da firma no Baixo Parnaíba maranhense: As varedas da encosta aos variantes da firma no baixo parnaíba maranhense: as (re)organizações territoriais como formas de manutenção da condição camponesa diante da ação de uma grande empresa / Suzano Celulose*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-graduação em Geografia (dissertação de mestrado).

OLIVEIRA, M. A. de et al. *Desenvolvimento inicial de saúveiros de Atta sexdens rubropilosa* Forel, 1908 (Hymenoptera, Formicidae) em laboratórios e no campo. *Revista Arvore*. Viosa, v.15, n.2, p.189-98, maio/ago.1991.

PAULA ANDRADE, Maristela de. A produção de carvão vegetal e o plantio de eucalipto no Leste Maranhense. In: PAULA ANDRADE, Maristela de. – (org.). – *Carajás: desenvolvimento ou destruição? Relatórios de Pesquisa*. São Luís: CPT, 1995.

_____. *Chacinas e massacres no campo*. São Luís: UFMA, 1997. v.4; 264 p.

_____. *Os gaúchos descobrem o Brasil. Projetos agropecuários contra a agricultura camponesa*. São Luís: GERUR/EDUFMA, 2008.

_____. (Org.). (2012). *Conflitos socioambientais no Leste Maranhense: problemas provocados pela atuação da Suzano Papel e Celulose e dos chamados gaúchos no Baixo Parnaíba*. São Luís: Universidade Federal do Maranhão, Centro de Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Grupo de Estudos Rurais e Urbanos (relatório de pesquisa).

SÁ, Laís Mourão. *O pão da terra: propriedade comunal e campesinato livre na Baixada Ocidental Maranhense*. São Luís: EDUFMA, 2007. 202 p.

SANTOS, M. *Society and space: Social formation as theory and method*. Antípode, Worcest, 1977 (1): 3-13.

_____. *Economia espacial: Críticas e alternativas*. Trad. Maria Irene de Q. F. Szmrecsányi - 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

SILVA, José Graziano da. *O que é questão agrária*. São Paulo: Brasiliense, 2001.

VELHO, Otávio G. *Frentes de expansão e estrutura agrária*. Rio de Janeiro: Biblioteca Virtual de Ciências Humanas do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.

WANDERLEY, Maria de Nazareth B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. Caxambu, 1996. (texto apresentado no XX Encontro Anual da ANPOCS, GT 17- Processos Sociais Agrários).

VIA CAMPESINA. *O Latifúndio dos Eucaliptos: informações básicas sobre as monoculturas de árvores e as indústrias de papel*. Disponível em: <<http://viacampesina.org/en/>>. Acesso em: 25. mai. 2011.